

Amazônia, interstício da economia-mundo capitalista

Hoyêdo Nunes Lins

Como citar: LINS, Hoyêdo Nunes. Amazônia, interstício da economia-mundo capitalista. *In:* VIEIRA, Rosângela de Lima. **O Brasil, a China e os EUA:** na atual conjuntura da economia-mundo capitalista. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. p. 215-246.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2013.978-85-7983-415-8.p215-246>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

AMAZÔNIA, INTERSTÍCIO DA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA

Hoyêdo Nunes Lins

“Cette terre était trop grande, le sang et les saisons s’y confondaient, le temps se liquéfiait.”

(Albert Camus)¹

INTRODUÇÃO

O presente texto aborda o envolvimento de uma região específica na trajetória do sistema-mundo moderno. Trata-se da Amazônia, cuja superfície, desdobrada entre vários países na porção setentrional da América do Sul, é tão grande (6,5 milhões de km², pouco menos de 2/3 em solo brasileiro, onde ocupa mais da metade do território) quanto inspiradora de indagações sobre recursos existentes, possibilidades relacionadas e ameaças a atributos que estimulam inclusive narrativas com tinturas míticas. O objetivo é mostrar a paulatina incorporação regional, fundamentalmente a porção brasileira, pela economia-mundo europeia ou capitalista durante a expansão desta, desde o século XVI.

¹ “Essa terra era grande demais, nela o sangue e as estações se confundiam, o tempo se liquefazia.” (CAMUS, 1957, p. 175).

Economias-mundo, como ensina a literatura que nutre o debate sobre o sistema-mundo moderno², são sistemas históricos caracterizados pela articulação entre estruturas políticas múltiplas e redes de produção e comércio, ou cadeias mercantis, de grande abrangência geográfica. Sistemas históricos, de sua parte, constituem conjuntos históricos (logo, delimitados temporalmente) e sistêmicos (com processos econômicos, políticos e culturais enfeixados) de estruturas que, representando o próprio “conteúdo” do mundo social, conformam a unidade de análise mais adequada ao estudo da vida em sociedade.

No enfoque dos sistemas-mundo, a reprodução desses conjuntos é garantida pelos processos econômicos, políticos e culturais que se desenrolam no seu interior, de maneira autocentrada. As mencionadas redes de produção e comércio são integradas e apresentam desigualdades entre seus elos quanto aos tipos de processos produtivos e de trabalho, aos níveis de remuneração ou recompensa e à capacidade de retenção do excedente. Essas cadeias têm um papel essencial na configuração das economias-mundo: vazam o sistema interestatal, constituindo-se no principal elemento de coesão da totalidade representada por esse tipo de sistema histórico e o parâmetro que permite delimitar-lhe o espaço interno.

Elaborado no marco do debate sobre o sistema-mundo moderno, este artigo procura mostrar que, de área essencialmente externa – em período no qual segmentos do mundo atlântico já haviam sido incorporados, inclusive (e sobretudo) na colônia de um estado europeu semiperiférico, Portugal –, a Amazônia acabou absorvida na trajetória multissecular da economia-mundo capitalista. Esse processo refletiu determinantes sistêmicos de cunho econômico e político. Na atualidade, haja vista fatores tecnológicos e interesses econômicos em escala mundial, e também iniciativas (políticas, econômicas) protagonizadas no âmbito nacional, a região exhibe, sem exagero, uma importância ímpar nessa economia-mundo.

Inicia-se referindo, a título de contextualização analítica, à problemática da incorporação de novas áreas como vetor de expansão da economia-mundo capitalista.

² Consultar, por exemplo, Wallerstein (1979, 1984, 1998).

1 ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA: CRESCIMENTO POR INCORPORAÇÃO DE NOVAS ÁREAS

A configuração do sistema-mundo moderno é indissociável da expansão de uma economia-mundo específica surgida no noroeste da Europa entre o final do século XV e o início do XVI. Tratava-se de

[...] entidade econômica mas não política, ao contrário dos impérios, das cidades-Estado e das nações-Estado. De fato, compreende [...] impérios, cidades-Estado e as emergentes “nações-Estado”. É um sistema “mundial” não porque incluía a totalidade do mundo, mas porque é maior do que qualquer unidade política juridicamente definida. E é uma “*economia-mundo*” devido a que o vínculo básico entre as partes do sistema é econômico [...] (WALLERSTEIN, 1979, p. 21, grifo do autor).

Seu funcionamento, em trajetória multissecular, exhibe movimentos regulares e alternados de expansão e contração, desiguais em intensidade, duração e incidência espacial, com realocação de atividades produtivas, aparecimento de novos produtos e alastramento geográfico da divisão do trabalho que estrutura as redes de produção e troca. É essa ampliação da superfície, dentro da qual se dão os processos produtivos e as relações comerciais que concorrem para a reprodução da economia-mundo, que se compreende por incorporação de novas áreas, no debate sobre o sistema-mundo moderno. Seu significado, ao lado das interdependentes tendências à mecanização dos processos produtivos, na marcha da industrialização, à mercantilização sem atenuantes (trabalho, terra) e à contratualização dos vínculos, é o contínuo aprofundamento do caráter capitalista desse sistema histórico. São igualmente aspectos do seu funcionamento a polarização entre áreas de centro e periferia e a existência de entidades políticas semiperiféricas (HOPKINS; WALLERSTEIN, 1987).

O sistema-mundo moderno erigiu-se, portanto, em estrutura contendo centro, semiperiferia e periferia, basicamente apresentando, no século XVI, o noroeste europeu na primeira condição, a Europa do Mediterrâneo na segunda e a Europa do leste e o Hemisfério Ocidental (o mundo atlântico) na terceira. Essa tripartição possui conteúdo político, com as posições incidindo nos estados e seus aparatos, e também conteúdo econômico, ambas as hierarquias influenciando-se mutuamente: as

atividades econômicas de maior nível técnico e tecnológico, representando maiores recompensas para os agentes envolvidos, concentram-se nos estados centrais, sendo o mesmo tipo de relação observado na escala hierárquica.

A polarização econômica fortalece o seu equivalente em termos políticos porque os aparatos estatais nas áreas mais ricas se robustecem comparativamente, e estes são mais eficazes na proteção dos interesses capitalistas. Economicamente falando, a tripartição evoca atividades em distintas posições nas cadeias mercantis, quanto à especialização econômica, às relações de produção e à organização produtiva. Alude-se aqui aos vários elos da divisão social do trabalho derivada da passagem, no comércio de longa distância, “[...] de uma situação de comércio de ‘luxo’ para a de comércio de ‘bens essenciais’ ou ‘produtos em atacado’, interligando em longas cadeias mercantis processos que antes estavam completamente dispersos.” (WALLERSTEIN, 1991, p. 73).

A referência à transformação do comércio de luxo em comércio de bens essenciais toca em aspecto básico do problema que interessa a este artigo, relativo à incorporação de novas áreas pela economia-mundo capitalista. O assunto é a “internalização” de áreas externas, correspondentes aos outros sistemas com os quais essa economia-mundo manteve, antes da incorporação, relações comerciais centradas em objetos preciosos, não essenciais. Trata-se de dinâmica central na consolidação e no crescimento desse sistema histórico, tendo o alargamento geográfico ocorrido em movimentos cíclicos sintonizados com as necessidades de um crescente desdobramento espacial das cadeias mercantis (HOPKINS; WALLERSTEIN, 1986).

Nesse processo, e este é o sentido da incorporação, “[...] uma zona que num momento dado se encontrava na área externa da economia-mundo pode chegar a se encontrar, num momento posterior, na periferia dessa mesma economia-mundo.” (WALLERSTEIN, 1998, p. 180), em posições que, para quaisquer zonas, implicam a sequência de “[...] encontrar-se na área externa, ser incorporada, ser periférica.” (WALLERSTEIN, 1998, p. 180). Incorporação e periférica não se confundem: “[...] a incorporação implica ‘engancha’ a zona à órbita da economia-mundo, de tal modo que [...] já não tenha nenhuma possibilidade de escapar; a periférica [...] implica uma transformação contínua das microestruturas da área em

questão, transformação que às vezes se descreve como aprofundamento do desenvolvimento capitalista.” (WALLERSTEIN, 1998, p. 181). Deve-se realçar que essa dinâmica promove o que Chase-Dunn (2004) chama de interconexão sistêmica, observada quando as vidas das pessoas, nas sociedades implicadas, sofrem a influência das interações. Nesse caso, a própria trajetória social é afetada pelas interações, seja no sentido da continuidade ou da mudança social.

Considera-se, portanto, ocorrer incorporação quando

[...] ao menos certos processos de produção importantes em algum lugar geográfico se convertem em parte integrante de várias das cadeias mercantis que constituem a divisão do trabalho existente na economia-mundo capitalista. Como sabemos se um processo de produção concreto é “parte integrante” dessa divisão do trabalho? Um processo de produção só pode ser considerado assim integrado se sua produção responde em algum sentido às sempre cambiantes “condições de mercado” dessa economia-mundo (seja qual for a origem desses câmbios) em termos de esforços por parte de quem controla esses processos de produção para maximizar a acumulação de capital dentro desse “mercado”, senão num prazo muito curto, ao menos num prazo médio razoável. (WALLERSTEIN, 1998, p. 180).

Assim, a incorporação traduz mudança dos vínculos comerciais, entre a economia-mundo capitalista e um dado estado ou região, da condição de irregularidade e não essencialidade para a de necessária à reprodução social. O processo é acompanhado de alterações importantes na área incorporada, como a observação histórica permite constatar. Assim, por exemplo, Arrighi, Ahmad e Shih (2001) salientam o processo de desarticulação, pontilhado de conflitos, vinculado à incorporação da Ásia no século XIX, mais especificamente do Extremo Oriente, que Braudel (1996b) diz tratar-se da “mais extensa das economias-mundo” (p. 449). Esse mesmo autor fornece ilustração importante ao mostrar que, até o século XVIII, o açúcar passou da condição de “produto de alto luxo, objeto de presentes principescos” (p. 162) para a de “artigo de mercearia e de confeitaria” (BRAUDEL, 1996a, p. 163), com importantes transformações nos espaços de produção por conta da nova natureza dos vínculos com a economia-mundo. Compuseram o cenário dessas mudanças “[...] os escravos negros, os senhores de engenho, as técnicas de produção, a

refinação do açúcar bruto, o abastecimento dos engenhos com víveres baratos, [...] enfim as ligações marítimas, os armazéns e a revenda na Europa.” (BRAUDEL, 1996a, p. 163).

O processo de paulatina incorporação à divisão do trabalho da economia-mundo capitalista envolveu zonas em diferentes latitudes. O leste da Europa foi logo implicado, assim como parte do continente americano, onde já no final do século XVI registravam a condição de inclusão a “[...] Nova Espanha, as Antilhas, Terra Firme, Peru, Chile, Brasil; ou [...] aquelas partes dessas regiões que estavam submetidas a um efetivo controle administrativo por parte dos espanhóis ou dos portugueses.” (WALLERSTEIN, 1979, p. 95). Até meados do século XVIII, esse não era o caso na Rússia, no Império Otomano, no subcontinente indiano ou na maior parte da África Ocidental, longamente mantidos como áreas da “arena exterior”. Sua incorporação só ocorreria no século XVIII, já sob o capitalismo industrial, tendo sido a África (sem contar alguns enclaves costeiros incluídos desde o século XVI) e a Ásia “internalizadas” somente no decorrer do século XIX.

Isso não quer dizer que o comércio europeu com essas áreas carecesse de vitalidade. O problema estava na natureza e nas consequências dessas trocas. No tocante à Ásia, “[...] produziu-se uma lenta passagem da pimenta e das especiarias a outros produtos de luxo [...], [mas tal] comércio em crescimento não periferizou por si só a área do oceano Índico [...]. [O] incremento da produção têxtil não foi ‘acompanhado de uma mudança significativa na técnica da manufatura’ nem de uma mudança significativa [...] nas relações sociais de produção.” (WALLERSTEIN, 1984, p. 381-382 – em itálico no original). Daí porque, no século XVI, o interesse europeu na Ásia

[...] resulta secundário na comparação com a obtenção de metais preciosos, madeira, couro e açúcar do Novo Mundo, que exibiu a passagem, durante aquele século, de uma técnica de coleta a uma forma estável de produção utilizando mão de obra barata com supervisão europeia, o que *transformou* a estrutura social das áreas envolvidas e as incorporou à economia-mundo europeia. (WALLERSTEIN, 1979, p. 476, grifo do autor).

Durante o século XVII, a importância da América como periferia acabou solidificada. A colonização direta incidia em algumas partes, onde se produzia o que os países do centro não eram capazes de fornecer. Essa região periférica, resultado da projeção atlântica da economia-mundo capitalista, desdobrava-se entre o nordeste do Brasil e Maryland. Sua participação nas redes de produção e comércio dizia respeito, principalmente, ao açúcar, ao tabaco e ao ouro (WALLERSTEIN, 1984).

Integrante do sistema português, que se organizava em torno de um estado semiperiférico da economia-mundo, o Brasil sobressaía nessa nova região. Não é demais assinalar que um pilar básico dessa participação brasileira foi, durante séculos, o uso intensivo de escravos trazidos da África.

O açúcar, introduzido no Nordeste ao final do século XVI, destacou-se nas relações produtivas e comerciais, com movimentos sempre determinados sistemicamente. Como enfatiza Braudel (1996b), o “[...] destino do conjunto da América hispano-portuguesa [...] depende [...] de um conjunto mais amplo do que ele, [...] a totalidade da economia-mundo europeia, da qual essa América é apenas uma zona periférica e fortemente dominada.” (p. 389). A importância do Brasil estendeu-se à mineração de ouro no século XVIII, atividade para a qual Portugal não era mais, em termos práticos, do que um entreposto entre a origem do minério e a Inglaterra, devido ao Tratado de *Methuen* (1703). Mas o ouro brasileiro chegou mais longe, financiando “[...] o comércio que renascia com o Oriente, de onde a Inglaterra importava os algodões leves [...] cujo pagamento ela não poderia saldar senão com o ouro brasileiro.” (FRANK, 1977, p. 210). Também o algodão marcou a articulação do Brasil com a economia-mundo. O impulso frutificou no Maranhão e depois atingiu o Nordeste, em percurso que sempre espelhou condicionantes mais amplos, pois a colônia “[n]ão constituía [...] um sistema autônomo, sendo simples prolongamento de centros maiores.” (FURTADO, 1987, p. 95).

Com intensidade crescente, coube ao café o principal papel no comércio do Brasil com a economia-mundo ao longo do século XIX. O produto tornou-se o mais importante item das exportações, incidindo sua produção primeiramente nas áreas mais acidentadas próximas do Rio de Janeiro. A gestação da economia cafeeira repercutiu na conformação de uma nova camada empresarial e dirigente, com experiência comercial,

encarnando o entrelaçamento dos interesses da produção e do comércio (FURTADO, 1987). O envolvimento do Estado, importante na articulação com a economia-mundo, foi nada menos que crucial, refletindo o entendimento dos dirigentes sobre a importância do governo nas ações em benefício do setor. Essa capacidade foi decisiva quando da derrocada dos preços internacionais na passagem para o século XX. Ações institucionais de proteção foram protagonizadas, embora o estímulo ao crescimento da produção, sobretudo nos anos 1920, não fosse acompanhado de evolução correspondente no consumo internacional, alimentando degradação das condições que permitiu falar em crise profunda da economia cafeeira.

O que se destacou sobre o Brasil, evocando esses ciclos econômicos, ilustra o processo de incorporação de uma entidade política como periferia da economia-mundo. No período colonial, essa “internalização” dizia respeito a território pertencente a um Estado semiperiférico, condição portuguesa da qual são indicativas as relações econômicas e políticas refletidas nos fluxos comerciais com a Inglaterra. O Brasil representava, assim, uma das faces periféricas de um sistema que integrava a economia-mundo: o sistema português, cujo centro de gravidade era Lisboa, alcançando as margens africana e americana do Oceano Atlântico e ligando-se ao Pacífico e ao Extremo-Oriente (BRAUDEL, 1996a). Após a independência, esse perfil periférico – prolongado até meados do século XX, quando “semiperiferia” parece tornar-se designação mais apropriada em termos tanto econômicos como políticos – passou a caracterizar, evidentemente, um Estado soberano. A condição de periferia – não obstante a grande importância no período colonial de produtos como açúcar e ouro para a metrópole portuguesa e para outros interesses econômicos e políticos incrustados no centro da economia-mundo (Inglaterra, por exemplo) – traduz a condição de absoluta dependência, em posição amplamente subalterna na trama de vínculos das cadeias mercantis, que caracterizava a vida econômica brasileira. Veja-se o que diz Braudel (1996a) sobre a economia açucareira, por exemplo:

[A]penas o *senhor de engenho* está envolvido na economia de mercado: comprou os escravos, contraiu empréstimos para construir o engenho, vende a colheita e por vezes a colheita de pequenos engenhos que vivem à sua sombra. Mas está, por sua vez, sob a dependência dos mercadores, instalados na cidade baixa de São Salvador ou em Recife, perto da cidade senhorial de Olinda. Por meio deles, está ligado aos

negociantes de Lisboa que adiantam os fundos e as mercadorias [...]. É o comércio da Europa que controla a produção e a venda de além-mar. (p. 239, grifo do autor).

Entretanto, além de entidades políticas localizadas na “arena exterior”, o processo de incorporação pode implicar igualmente partes ainda não incorporadas de Estados que já integram, de uma maneira geral, o espaço da divisão do trabalho das cadeias mercantis. Entidades políticas incorporadas, porém pontilhadas de espaços interiores não vinculados à divisão do trabalho da economia-mundo, não constituem situação anômala na trajetória do sistema-mundo moderno. Mesmo as zonas centrais do capitalismo exibem situações desse tipo, como aponta Braudel (1996b):

[A]s zonas atrasadas não se distribuem exclusivamente pelas verdadeiras periferias. Com efeito, elas crivam as próprias zonas centrais de numerosas manchas regionais, com a modesta dimensão de uma “província” ou de um cantão, de um vale isolado na montanha ou de uma zona pouco acessível porque situada fora das vias de passagem. *Todas* as economias avançadas ficam assim como que perfuradas por muitos poços, fora do *tempo do mundo* [...] (p. 32, grifo do autor).

Assim, o processo de incorporação também inclui a “internalização” desses espaços intersticiais, com suas estruturas sociais e econômicas, tendo em vista que “[...] a ‘civilização’, quando precisa, tem muitos meios de seduzir e de penetrar nas regiões que durante muito tempo deixara abandonadas a si mesmas.” (BRAUDEL, 1996b, p. 33). Na trajetória da economia-mundo tratou-se, muitas vezes, de investidas em espaços no interior de fronteiras políticas, seja de estados nacionais incorporados ou de colônias a eles pertencentes, que até então apenas supriam outros espaços com força de trabalho, caracterizando-se, por conta disso, como “redutos de subsistência”, como diz Goldfrank (2000).

Em diversas experiências, essa expansão “interna” foi violenta nas suas ações, com fortes e dramáticas consequências para os grupos sociais das áreas penetradas, como ilustrado pelo estudo de Hall (1986) sobre a incorporação do sudoeste dos Estados Unidos no século XIX, um processo marcado pelo forte impacto social e econômico junto a grupos comanches

e apaches. Como costuma acontecer, a participação estatal foi ampla e profundamente determinante desses resultados. Experiências semelhantes se passaram no subcontinente latinoamericano, após os movimentos de independência, quando, por exemplo na América espanhola, os países “[...] eliminaram os últimos vestígios do papel semiperiférico da Espanha e acabaram com os bolsões de não envolvimento na economia-mundo no interior da América Latina.” (WALLERSTEIN, 2000, p. 95).

Conforme indicado na introdução, é sobre o assunto da incorporação de espaços não integrados pertencentes a unidades políticas “internalizadas” que versa este artigo, referindo-se à Amazônia. Não se trata de tentativa inédita no Brasil sobre esse tipo de problema, é bom que se diga, embora as evidências sugiram serem muito escassos (se tanto) os estudos com esse perfil no país. Cabe referir, talvez de forma isolada, à pesquisa de Brussi (2000) sobre a incorporação do Centro-Oeste do Brasil, com a expansão da agricultura na condição de principal veículo do processo.

2 A AMAZÔNIA NA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA: CRÔNICA DE UM PROCESSO MULTISSEULAR DE INCORPORAÇÃO

No século XVIII, a maior parte da Bacia Amazônica representava origem de, tão somente, “drogas do sertão”. O restante do território brasileiro apresentava-se crivado por áreas de produção de açúcar, pecuária, mineração e da economia algodoeira, quer dizer, os espaços “internalizados” como periferia no bojo de processo pelo qual, como diz Amin (1973), o capital europeu “constituiu anexos na América [...] [com formas de exploração] funcionalmente destinadas a produzir para o mercado capitalista.” (p. 259). Não se pode dizer que a Amazônia se encontrava integrada à economia-mundo, mesmo que desde meados do século XVI figurasse em crônicas sobre o Novo Mundo.

Cabe assinalar, do mesmo modo, que a região abrigara processos de reprodução social complexos e autocentrados desde séculos antes, a julgar por descobertas arqueológicas mais ou menos recentes na área do Alto Xingu (norte do Mato Grosso). Entre os anos 1200 e 1600, aproximadamente, desenvolveu-se até mesmo uma espécie de urbanismo

pré-histórico, contendo vilas muradas, redes de estradas e praças, os conjuntos formando aglomerados urbanos “galácticos” com aldeias que gravitavam em torno de centros políticos e religiosos, numa organização espacial impregnada de sentido hierárquico. O povoamento era denso e a estrutura geral apresentava, além de roças e pomares, também tanques para criação de tartarugas (HECKENBERGER et al., 2003, 2008).

2.1 DO SÉCULO XVI AO XVIII: UMA INCORPORAÇÃO MUITO RAREFEITA

Uma das referidas crônicas sobre o Novo Mundo registrou, em trecho sobre os grandes rios, que “[u]m dos mais famosos e principais que há nestas partes é o das Amazonas [...], [que nasce perto] de umas terras do Quito, província do Peru, donde partiram já algumas embarcações de castelhanos, e navegado por ele abaixo, vieram sair em o mar Oceano [...]” (MAGALHAES, 1576, p. 9). O relato possivelmente se refere à expedição de Francisco de Orellana, a qual, partindo de Guaiaquil, encontrou o grande rio (cujo nome foi atribuído na ocasião), navegou-o e, após dramáticas privações, alcançou a embocadura do Amazonas em 1541 (DOZER, 1966).

A descoberta desse rio é objeto de controvérsia. Dozer (1966) diz que a foz foi avistada durante as viagens realizadas pelo italiano Américo Vespúcio, entre 1499 e 1502. A *Encyclopedia Britannica*, de sua parte, informa que foi o comandante espanhol Pinzón quem descobriu a embocadura principal, em 1500, tendo adentrado o curso d’água em cerca de 50 milhas (ENCYCLOPEDIA, 1963). Seja como for, interesses europeus não demoraram a se manifestar pouco tempo depois da descoberta. A rigor, “[o] que é hoje a Amazônia foi um dos lugares onde o reajuste econômico e político da Europa nos séculos XVI e XVII se deu por mais longo tempo.” (BECKER, 2009, p. 204).

De fato, no início do século XVII, numerosas embarcações holandesas navegavam o complexo fluvial, a ponto de plantações terem sido estabelecidas por esses aventureiros às margens do Xingu. Eram iniciativas que ocorriam em parceria com interesses ingleses: “Por volta de 1625, umas dez ou doze feitorias anglo-holandesas haviam sido fundadas nessa área e uma Companhia do Amazonas fora criada para explorar

as suas riquezas.” (DOZER, 1966, p. 97). A fundação de Belém pelos portugueses, em 1616, em localização estratégica para o controle do acesso à Bacia Amazônica, representou uma resposta àquelas investidas e serviu de base para expedições ao Alto Amazonas nas décadas seguintes.

Lutas e outras ações contra investidas de ingleses, holandeses e franceses foram observadas tanto no período de união das coroas de Portugal e Espanha, entre 1580 e 1640 – quando combateram do mesmo lado, portanto –, quanto após a recuperação da unidade nacional portuguesa, passando esse país a enfrentar também o interesse espanhol. Mas foram os portugueses que, numa realização de grande importância geopolítica – isto é, dizendo respeito às relações entre poder e espaço –, lograram conquistar a Amazônia. O grande marco desse processo foi o Tratado de Madri, de 1750, que formalizou a posse daquele Estado sobre território de enormes dimensões. Cabe registrar, sobre isso, o papel desempenhado pelo Marquês de Pombal e também o contexto de forte dependência de Portugal em relação à Inglaterra.

A região amazônica permaneceu longamente marcada pela economia extrativista, protagonizada sob a organização de jesuítas com ampla utilização de mão de obra indígena, como assinala Furtado (1987) a respeito do Pará. Os jesuítas, aliás, se contrapuseram eficazmente aos interesses dos colonos portugueses no século XVII em relação ao emprego desse tipo de mão de obra, conseguindo incorporar tais populações em atividades que, no século XVIII, permitiam à área paraense despontar como “[...] centro exportador de produtos florestais: cacau, baunilha, canela, cravo, resinas aromáticas.” (p. 67). É essa condição que, ao menos parcialmente, justifica a indicação anterior de que no século XVIII a Amazônia era um espaço fornecedor de “drogas do sertão”.

Tudo isso sugere um persistente caráter de exterioridade de grande parte da Amazônia à economia-mundo europeia. É verdade que o cacau adquiriu destaque como produto de exportação. Mas, de um modo geral, os produtos florestais e seus espaços de extração nunca estiveram de fato inseridos, até o final do século XIX, nas malhas de cadeias mercantis que interligassem diferentes tipos de agentes em distintas localizações, sob o “comando”, numa trama de vínculos que evidenciassem divisões

do trabalho em grande escala, de acontecimentos no nível do mercado mundial com reflexos intensos nas áreas de produção.

É fato que, como se viu, interesses de Estados europeus concorrentes se manifestaram muito cedo na região, traduzindo-se em diversos tipos de iniciativas. Todavia, do ponto de vista econômico, não se pode dizer que tais investidas representaram efetiva incorporação à economia-mundo capitalista, em que pese o fato de a economia da mineração de ouro ter atingido Cuiabá e a do algodão ter marcado presença no Maranhão, quer dizer, alcançando, em ambos os casos, franjas ou bordas amazônicas.

Assim, não parece equivocado considerar que a maior porção da Amazônia, aquela referente ao “centro” da bacia hidrográfica, permaneceu durante séculos “fora do tempo” da economia-mundo capitalista, para evocar formulação de Fernand Braudel citada na primeira parte deste estudo. Contudo, movimentos poderosos no plano do capitalismo mundial, durante a segunda metade do século XIX, acabariam provocando a efetiva incorporação da região, ou a ampliação e consolidação dessa incorporação se as experiências da mineração no Mato Grosso e do algodão no Maranhão forem vistas como espasmos de incorporação.

2.2 DO SÉCULO XIX A MEADOS DO SÉCULO XX: RUMO A UMA INCORPORAÇÃO MAIS AMPLA

Os poderosos movimentos aludidos são os que produziram a deflagração de, pode-se dizer, um novo ciclo econômico no Brasil – não referido na primeira parte do trabalho –, afetando as relações do país com a economia-mundo: o ciclo da borracha. Seu teatro principal, em termos de extração e repercussões imediatas, foi a Amazônia, haja vista as existentes reservas naturais de seringueiras (*hevea brasiliensis*), fonte do látex.

Sem fugir à regra de que, comparativamente falando, “[...] na história da Amazônia o contexto internacional tem tido peso mais significativo e mais constante através dos séculos.” (BECKER, 2009, p. 202), esse ciclo resultou de desenvolvimento industrial no centro do capitalismo cujo evento catalisador foi a descoberta, em 1839, de processo químico (a vulcanização, por Charles Goodyear) que ampliou enormemente as possibilidades de uso

da borracha, em vários setores. Tornando-se essencial, esse insumo passou a registrar uma demanda explosiva, com reflexos nos preços.

Esse desenvolvimento incidiu intensamente, sem dúvida em primeiro lugar, na nascente indústria automobilística – pelo uso na fabricação de pneus –, impulsionada no final do século XIX e nas primeiras décadas do século seguinte. Nesse contexto, a volumosa presença natural da seringueira, fonte de um produto de alta qualidade, fez da Amazônia uma área fundamental na dinâmica capitalista planetária (BUNKER, 2003). O perfil adquirido era o de segmento estratégico de “[...] uma cadeia produtiva iniciada na floresta, em que a matéria-prima é transportada por via fluvial até os grandes portos concentradores da produção – Belém e, a seguir, também Manaus –, de onde é exportada para as indústrias norte-americanas e europeias.” “É essa condição que, ao menos parcialmente, justifica a indicação anterior de que no século XVIII a Amazônia era um espaço fornecedor de “drogas do sertão (BECKER, 2009, p. 213).

O ciclo da borracha, entre meados do século XIX e a década de 1920, não só coincidiu, mas, segundo Bunker (2003), igualmente contribuiu, para que o domínio econômico e político britânico fosse crescentemente ameaçado pelo vigor industrial dos Estados Unidos. Nesse período, milhares de pessoas migraram para a Amazônia, já que a atividade demandava grandes quantidades de mão de obra sem qualificação específica. Número expressivo originou-se no Nordeste, onde a seca de 1877-1879 produziu resultados devastadores, um quadro no qual as “[...] companhias apelaram para o embarque maciço, nos portos do Nordeste, da grande população flutuante acumulada graças à seca [...]” (BALÁN, 1974, p. 127). Esse processo tomou a forma de corrente migratória que Furtado (1987) referiu com a expressão “transumância amazônica” (p. 129) e fez a população da Amazônia se multiplicar no último quartel do século XIX (FIECHTER, 1974).

Alcançando patamar de grande destaque na pauta de exportações do Brasil (chegou a representar a segunda maior exportação, atrás somente do café), a borracha fez fervilhar a economia e reverberou ampla e profundamente na Amazônia. Não foram implicados somente espaços nas bordas ou franjas. O coração da imensa floresta acabou atingido.

[E]m consequência da expansão do povoamento em novas áreas da fronteira móvel impulsionada por seringueiros e comerciantes na busca do látex localizado nos altos vales dos tributários da calha sul do rio Amazonas, e da inexistência de limites definidos, esses pioneiros penetram profundamente na Bolívia, daí resultando a questão do Acre. [...]

Novos atores entraram na aventura da borracha [...] Nos portos instituíram-se as financiadoras, exportadoras, bancos ingleses e americanos e muitos trabalhadores estrangeiros. Aí também é a sede dos aviadores, [...] mistura de comerciante com agiota que fornece bens de consumo e gêneros a crédito aos seringalistas (os donos dos seringais) a serem pagos com a borracha, e negociam a borracha com os exportadores. Os seringalistas se endividam para manter hábitos luxuosos na cidade e para suprir os armazéns dos seus seringais localizados na floresta, onde exercem o papel de aviadores para os seringueiros, os trabalhadores da seringa. (BECKER, 2009, p. 213).

A expressão “manter hábitos luxuosos na cidade”, presente na citação, não é retórica. O *boom* da borracha gerou resultados importantes em Manaus e Belém. Em ambas o crescimento populacional ganhou velocidade e melhoramentos urbanos tiveram lugar, destacando-se a iluminação elétrica e a introdução de bondes no transporte urbano. A expansão do espaço citadino fez surgirem bairros e, nas áreas centrais, a modernização incluiu obras que viraram marcos arquitetônicos. O dinamismo econômico refletiu-se em suntuosidade e glamour junto às elites, assim como em avanços culturais, tendo as duas capitais adquirido um certo ar cosmopolita e uma atmosfera de *belle époque* europeia, notadamente parisiense. Mas o quadro era de marcada exclusão social, pois, segundo Oliveira e Magalhães (2003), a contrapartida da modernização foi o aprofundamento dos contrastes socioespaciais no seio desses tecidos urbanos.

Todavia, o fausto teve vida curta, já que a economia da borracha, com vitalidade que permitiu atribuir-lhe a condição de ciclo econômico, regrediu inapelavelmente. A retirada ilegal de milhares de sementes de seringueira, transportadas primeiramente para Londres e posteriormente plantadas no Ceilão, de onde o cultivo foi disseminado em vários locais do Oriente (Malásia, Sumatra, Índia e Birmânia, entre outros), representou o

início da *débâcle*. Com efeito, penetrando regularmente no mercado após a I Guerra Mundial, a borracha oriental provocou permanente compressão dos preços, com resultados devastadores: “[à] proporção que as mudas cresciam e prosperavam naquelas bandas sob um sistema de economia colonial em que a mão de obra era mais barata do que no Brasil, a indústria da borracha nesse país entrou num declínio permanente [...]” (DOZER, 1966, p. 509).

Com o colapso desse sistema de extração e comércio, muitos vilarejos foram abandonados na floresta e numerosas famílias ficaram à deriva em locais remotos. No tocante à relação com a economia-mundo, a crise enfraqueceu os vínculos da região com os mercados mundiais, uma situação que durou décadas (BUNKER, 2003). A experiência da *Ford Motor Company*, iniciada em 1927 às margens do rio Tapajós, acenou com um possível novo impulso, na esteira da experimentação de cultivos de seringueira em duas plantações. Mas a iniciativa foi mal sucedida e durou pouco, em grande parte devido à escassez de trabalhadores. Assim, terminada a II Guerra Mundial, a empresa entregou as plantações para o governo brasileiro, ao que se seguiu o abandono do projeto original da *Fordlândia* (ENCYCLOPEDIA, 1963).

A estagnação na qual mergulhou a economia amazônica durou até o início dos anos 1940, quando uma certa reativação teve lugar. Dois aspectos principais devem ser ressaltados em relação ao assunto.

Um se refere ao que se pode chamar de segundo ciclo da borracha amazônica, entre 1942 e 1945 – em plena II Guerra Mundial, portanto –, decorrente da invasão japonesa nos espaços de produção desse insumo na Ásia e, por conseguinte, da necessidade de utilizar a capacidade de produção brasileira. Vivia-se a era Vargas, durante o Estado Novo, e o Brasil firmou tratado com os Estados Unidos para fornecer látex às forças aliadas. Milhares de trabalhadores nordestinos, notadamente cearenses, foram atraídos, em meio a referências de apelo simbólico e ideológico tais como “Guerra da Borracha” e “Soldados da Borracha”. Objetivos envolvendo o fortalecimento da colonização da Amazônia também animaram o governo Vargas na ocasião.

Outro aspecto tem a ver com o papel desempenhado principalmente por São Paulo, a partir dos anos 1940, como destino privilegiado da borracha, substituindo em grande parte o mercado externo. Esse é o período da trajetória econômica brasileira que Cano (1985) classificou como de “industrialização restringida”, na periodização proposta por esse autor. Desdobrado entre 1930 e 1955, esse período assistiu ao aprofundamento da integração da Amazônia ao mercado nacional. Observe-se que nesse comércio não se tratava somente de borracha, mas também de fibras duras como a juta (destacando-se ainda a castanha do Pará), cujas compras agregadas eram realizadas por São Paulo em cerca de 2/3 do total transacionado.

3 A AMAZÔNIA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX: EFETIVO REDUTO DA ECONOMIA-MUNDO CAPITALISTA

Na segunda metade do século XX, a Amazônia foi objeto de importantes intervenções protagonizadas, em primeiro lugar, pelo Estado brasileiro. O contexto mundial, no imediato II Pós-Guerra e no período seguinte, exibia em muitos países uma fé quase absoluta no desenvolvimento nacional entendido como processo de industrialização. O *keynesianismo*, de sua parte, tinha uma influência evidenciada na formulação e execução de diversos tipos de políticas, em diferentes latitudes. Como corolário observa-se, sobretudo nas zonas centrais do capitalismo, uma expansão econômica forte e com múltiplos reflexos, configurando conjuntura que autores ligados à Teoria da Regulação designaram como “período fordista” (cf. p. ex. BOYER, 1987).

No Brasil, o desenvolvimentismo dos anos 1950, embalado pelas condições do ambiente internacional, não deixou de repercutir na Amazônia. Costa (1988) destaca, como integrantes de políticas regionais para o país todo, a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953, e a definição da Amazônia Legal (atingindo Amazonas, Pará, partes de Goiás, de Mato Grosso e do Maranhão e os então territórios de Acre, Amapá, Rondônia e Roraima), assim como o Primeiro Plano Quinquenal para a área, norteador das

atividades da SPVEA. Além disso, o existente Banco de Crédito da Borracha foi transformado em Banco de Crédito da Amazônia (BCA).

Com Juscelino Kubitschek e seu Plano de Metas, a iniciativa de criação de eixos rodoviários incidiu na região, sobretudo pela rodovia entre a nova capital do país, em construção, e a capital do Pará, a Belém-Brasília (de 1956). Ilustrando a assertiva de Becker (1982), de que na Amazônia sempre houve “predomínio absoluto dos processos políticos sobre a organização espacial” (p. 54), essa investida institucional revestiu-se de importância geopolítica, visto que contemplava a penetração do território, sua ocupação e a articulação com a totalidade nacional. Para Costa (1988) aquela rodovia representou, talvez, o principal fator de transformação da Amazônia Oriental. Mas não foi só tal estrada que repercutiu fortemente, espelhando os determinantes geopolíticos das ações protagonizadas.

A construção das rodovias Belém-Brasília e Brasília-Acre (consequência lógica da própria construção da Capital no planalto central) montaram (sic) um enlace da região, contornando a Hileia Amazônica em suas margens leste e oeste, e promovendo a primeira integração da Amazônia oriental com o centro da economia brasileira. (BUARQUE; LOPES; ROSA, 1995, p. 111).

Durante o regime militar, a opção rodoviária permaneceu em destaque. A materialização implicou notadamente o projeto e a construção da rodovia Transamazônica, planejada para interligar a costa nordestina (com duas pontas orientais, uma no Recife e outra em João Pessoa) e o extremo ocidental da região amazônica (na fronteira com o Perú), e também a rodovia Cuiabá-Santarém, ambas contempladas no Programa de Integração Nacional (PIN), de 1970 (mas o complexo rodoviário construído no final dos anos 1960 era maior, incluindo também a rodovia Manaus-Porto Velho). Essas infraestruturas representaram ações de grande visibilidade em leque que recobriu a conversão da SPVEA em Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do BCA em Banco da Amazônia S.A. (BASA).

O conjunto implicou ainda, com grande realce e revelando o interesse governamental em incentivar e induzir investimentos industriais, a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA),

em 1967, encarregada de instalar polo industrial estribado em fortes incentivos fiscais. Com esse tipo de incentivo, que passou a marcar a ação do governo federal na região, objetivava-se alterar o quadro de estagnação que a Amazônia amargava havia décadas. Não parece equívocado considerar que, entre os sistemas de estímulos criados, “[...] o único a ter tido um efeito considerável, ao menos na Amazônia Ocidental, onde provocou importantes mudanças econômicas, demográficas, sociais e culturais, foi o que criou [...] a Zona Franca de Manaus [...]” (MOTTA, 1990, p. 29).

Pelo menos nos primeiros anos, mais de 40% dos investimentos realizados nessa espécie de condomínio de empresários ligados a capitais nacionais e internacionais diziam respeito às indústrias de têxteis sintéticos e eletrônicas, completamente divorciadas da estrutura produtiva regional (CANO, 1985). Com o tempo, e sem que, aparentemente, tal divórcio tenha sido superado, “[...] de produtora de bens de baixa tecnologia para o mercado nacional, a indústria de Manaus atingiu o estágio de fabricação de produtos acabados e intermediários de alta tecnologia igualmente destinados ao mercado nacional.” (NUNES, 1990, p. 59). Ímpeto importante nessa direção foi especialmente observado desde o início dos anos 1980, tanto assim que, ao relacionar as transformações ocorridas na Amazônia no período recente, Becker (2003, 2006) cravou o crescimento industrial entre as mais importantes.

Nos anos 1970, notadamente com o II Plano Nacional de Desenvolvimento, a ação do Governo Federal na região seria fundamentalmente canalizada pelo Programa Especial de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). Vigente de 1975 a 1987, esse programa visava “[...] promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agrominerais, florestais e minerais em áreas prioritárias da região, definidas como polos de desenvolvimento (foram definidos 13 polos dispersos no território amazônico).” (BUARQUE; LOPES; ROSA, 1995, p. 112). Dos recursos disponibilizados em todo o seu período de funcionamento, pouco menos de metade foi aplicado no Pará, o que teve forte vinculação com uma das ações recentes do Governo Federal de maior impacto na Amazônia: o Programa Grande Carajás, símbolo maior do envolvimento dessa região na economia-mundo capitalista.

Falar sobre esse programa envolve referir, o que se faz com base principalmente em Becker (1988), aos resultados de ações sistemáticas de prospecção de minérios em solo amazônico na década de 1960, envolvendo parceria entre o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e as empresas multinacionais *Union Carbide* e *United States Steel* (USS). Assinale-se que tais ações devem ser colocadas em perspectiva com a geopolítica da Guerra Fria, que “[...] gerou interesse político e econômico dos Estados Unidos por fontes de manganês situadas fora da União Soviética.” (BUNKER, 2003, p. 241), do que derivaram, por exemplo, no Amapá, atividades de produção e exportação desse minério, importante na fabricação de aço. As prospecções conjuntas do DNPM e das multinacionais resultaram na descoberta de grande concentração de metais para uso industrial na Serra de Carajás, no sul do Pará (não muito distante da cidade de Marabá e, portanto, do cruzamento das rodovias Belém-Brasília e Transamazônica).

O Programa Grande Carajás foi proposto em 1980 (com aprovação do Governo Federal) pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), criada como empresa estatal em 1942 e privatizada em 1997; trata-se de uma das maiores mineradoras do mundo, destacando-se em diferentes tipos de minérios, mas principalmente na extração e exportação de ferro. Inicialmente, a exploração de ferro (no âmbito do Projeto Ferro Carajás) envolvia uma *joint-venture* entre a CVRD e a USS, porém a parte da segunda foi depois comprada pela primeira, que permaneceu como gestora exclusiva. O processo de criação de Carajás foi longo e tortuoso, perpassado por relações de competição e cooperação, assim como de confrontos de estratégias, entre empresas e entre países (destacando-se o envolvimento japonês). A presença do Banco Mundial foi decisiva, pois, como sublinha Bunker (2003), a “[...] construção absorveu o maior empréstimo internacional da história para um projeto de mineração.” (p. 242).

Terminada a implantação do projeto em meados dos anos 1980, para o que foram utilizados serviços de numerosas empresas (consultoras, construtoras, gerenciadoras) via de regra envolvidas em grandes iniciativas na Amazônia, a CVRD passou a protagonizar uma monumental apropriação de espaço amazônico. De fato, o território que a empresa possui em Carajás (terras da União) é de cerca de 417 mil hectares, em

plena floresta, abrigando núcleos como Vila de Carajás e Parauapebas – distintos em vários aspectos por conta da estratégia empresarial –, onde a gestão territorial abrange vigilância e controle e, na prática, é realizada independentemente do poder público, que apenas fornece serviços básicos como energia elétrica e telefonia (BECKER, 1988).

Nesse local, talvez mais do que em qualquer outro dessa imensa região, a Amazônia mostra-se plenamente inserida na economia-mundo capitalista. Em poucos anos, com efeito, a área “[...] se transformou numa importante província mineral do Brasil, segmentada do conjunto regional e orientada para o mercado internacional.” (BUARQUE; LOPES; ROSA, 1995, p. 113). Realmente, “Carajás é um segmento localizado de um conjunto de escala planetária, um espaço transnacional em construção, que tem na ‘cidade da companhia’, mais semelhante a uma *monopoleville*, a base logística de sua construção [...]” (BECKER, 1988, p. 80).

Mas também nesse lugar, ou numa proximidade que as dimensões amazônicas autorizariam considerar como quase contiguidade, outra territorialidade, em quase tudo distinta e resistente ao enquadramento empresarial, vinca o espaço amazônico. Não muito mais de 100 km separam Carajás de Serra Pelada, onde a descoberta de ouro em 1980 atraiu inúmeros garimpeiros (ou candidatos a tal) de diferentes procedências e resultou em trabalho de garimpo do qual se produziram imagens que correram o mundo, tamanha a dramaticidade da correspondente iconografia. Como assinalou Becker (1988), tomou forma uma “[...] cidade espontânea em torno de uma cratera de 1.200 m de diâmetro e 80 m de profundidade que lembra, em escala, a mina de Carajás, só que aqui lavrada por um formigueiro humano.” (p. 87).

Cabe frisar que o conjunto de intervenções referidas nesta seção, protagonizadas em forte sintonia com interesses geopolíticos do Estado brasileiro, tiveram grandes efeitos espaciais, socioeconômicos e ambientais no mundo amazônico.

A Amazônia oriental descolou-se do conjunto da região, formando um eixo geoeconômico particular a partir da integração do Estado do Pará com o Maranhão (nordeste), provocada sobretudo pelo complexo Carajás. No outro extremo da Amazônia ocidental, contornando a Hileia, formou-se um eixo integrado pelo Estado de Rondônia com

a parcela norte do Centro-Oeste, especialmente o Estado de Mato Grosso, atrelando o eixo ao Centro-Oeste brasileiro.

Além desses dois blocos econômicos desarticulados entre si e integrados a outras esferas geoeconômicas, restam apenas núcleos dispersos no espaço, com limitada vinculação entre si e com o conjunto da economia regional, sem capacidade de articular o espaço regional Norte. Esse é o caso do núcleo da Zona Franca de Manaus, com limitada relação econômica com a região Norte e, mesmo, com a Amazônia ocidental. (BUARQUE; LOPES; ROSA, 1995, p. 114).

4 ATUALIDADE DA QUESTÃO AMAZÔNICA: NOVOS DETERMINANTES E APROFUNDAMENTO DA INCORPORAÇÃO

Explora-se nesta parte a problemática do atual envolvimento da Amazônia na economia-mundo capitalista examinando a confluência entre dois tipos de determinantes: os que refletem mudanças tecnológicas e econômicas recentes em nível mundial e os que se vinculam à trajetória de ocupação e de transformações econômicas da região nas últimas décadas, um percurso em grande parte condicionado, ele próprio, pelos imperativos do capitalismo em nível geral.

Amplamente falando, as aludidas mudanças tecnológicas e econômicas em nível mundial referem-se aos movimentos enfeixados na consolidação de um novo paradigma *tecnoprodutivo*, centrado nas tecnologias de informação e comunicação e em propagação desde meados dos anos 1970, com efeitos em várias direções (PÉREZ, 2001). No seio desse paradigma, as indústrias que se anunciam como “[...] revolucionárias do futuro tendem a ser alguma combinação de biotecnologia, nanotecnologia, bioeletrônica, novos materiais e novas energias [...]” (PÉREZ, 2008, p. 24), admitindo classificação como indústrias de processo e baseadas em recursos naturais, particularmente na biodiversidade. A rapidez e o alcance dos avanços na indústria farmacêutica, observados desde as últimas décadas do século XX, são sugestivos a respeito (THE..., 1998).

Não admira, por conseguinte, a cupidez do capital globalizado em relação às áreas do planeta (regiões, países) detentoras de importantes reservas de recursos naturais. O interesse das empresas, assinala-se, costuma se manifestar ombreado por ações dos Estados aos quais as

primeiras se vinculam, impondo reconhecer a crescente presença de uma geopolítica cada vez mais conduzida por esses fatores. Foi considerando questões desse teor, assinale-se, que Klare (2001) detectou, no alvorecer do século XXI, tendência à configuração de uma “geografia do conflito” fortemente determinada pela disputa por recursos naturais, tornados objetos proeminentes nas arestas diplomáticas e até em guerras.

O interesse e as ações do grande capital e das vinculadas estruturas estatais em relação a esses recursos – destacando-se, no caso em questão, a grande riqueza em biodiversidade – estão, por exemplo, no cerne das críticas endereçadas ao *Plan Puebla Panamá*. Formulado, pelo que consta, em parceria que aglutinou agentes dos âmbitos governamental e acadêmico dos Estados Unidos e do México, com participação do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), esse plano visaria o desenvolvimento de área desdobrada entre o sul do México e o Panamá, incluindo Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica – o Corredor Biológico Mesoamericano (MARÍN, 2002). A crítica salienta o papel que esse plano cumpriria para o acesso das grandes empresas multinacionais, crescentemente interessadas nos *bionegócios*, a essa riqueza biológica.

A Amazônia ostenta a condição de principal reserva de recursos naturais do planeta, representando o reduto da maior concentração de biodiversidade em escala mundial. No presente contexto *tecnoprodutivo*, isso faz da região, como considera Becker (2005), uma efetiva “[...] fronteira do capital natural em nível global [...]” (p. 74) e um dos “[...] três grandes eldorados naturais no mundo contemporâneo [...]” (p. 77), ao lado da Antártida e dos fundos marinhos.

Esse atributo fez intensificar o discurso e encorajar as investidas, por parte de diferentes atores internacionais (Estados, instituições de vários tipos, movimentos ambientalistas), com vistas à gestão compartilhada da Amazônia. Se materializada, tal situação afetaria a soberania dos países entre os quais a região se distribui, especialmente a do Brasil, cujo território abriga a maior parte da floresta. Não é desprovido de significado que, na condição de ex-Ministro do Exército, Gonçalves (2004) tenha assinalado, com evidências, que “[a] partir da década de 80 começamos a sentir as ações estratégicas alienígenas.” (p. 74). Esse quadro também exhibe manifestações

de interesse em torno da valorização, na Amazônia, do que se pode chamar de capital natural (água, biodiversidade), implicando “mercantilização da natureza” que envolve diferentes empresas estrangeiras. Becker (2006) informa que a percepção sobre esse problema provocou reações do governo brasileiro na forma de projetos ambientais para a região caracterizados por parcerias internacionais, de governos e de instituições não governamentais.

A apropriação de material biológico é uma importante vertente dessa mercantilização, em que a biopirataria, ou seja, a “[...] coleta de material biológico para a exploração industrial de seus componentes genéticos ou moleculares.” (HATHAWAY, 2004, p. 39), revela-se um problema central. Essa apropriação de recursos da biodiversidade – maneira formal de indicar o que geralmente é roubo puro e simples, tendo em vista o caráter via de regra ilegal – tem na patente e em outras formas de propriedade intelectual os instrumentos mais utilizados, devendo-se frisar que tal usurpação abrange o saber ancestral, logo a cultura, de comunidades indígenas e outras de perfil tradicional e local. O jaborandi, extraído no Maranhão e semiprocessado no Piauí antes de seguir para os Estados Unidos, onde constitui base de remédio para glaucoma produzido pela *Merck*, é um exemplo. O mesmo vale para a muirapuama, planta amazônica afrodisíaca que representa concorrência ao Viagra, patenteada pela japonesa *Taisho Pharmaceutical Co. Ltd.* (HATHAWAY, 2004, p. 39).

A exploração da biodiversidade amazônica não é uma exclusividade do presente. O cacau no século XVIII e a seringueira nos séculos XIX-XX são ilustrações históricas e sucessivas desse tipo de uso (HOMMA, 2005). Mas não é menos verdade que o período contemporâneo assistiu ao aprofundamento desse processo, em coerência com as mudanças *tecnoprodutivas* de que se falou anteriormente. Assim, o jaborandi e a muirapuama, as espécies vegetais referidas, são apenas dois entre os numerosos casos de patentes ligadas à biodiversidade amazônica requeridas em países das zonas centrais do capitalismo mundial. Com efeito:

Diversos produtos oriundos da biodiversidade amazônica estão sendo patenteados nos Estados Unidos, Japão e países da União Europeia. Não escapam, também, [d]o registro como marcas, os nomes de frutas amazônicas, como cupuaçu e açaí. Muitas dessas patentes estão registradas desde o início da década de 1990, como é o caso da copaíba, na França e nos Estados Unidos. Somente com a “vacina” do sapo verde,

existem dez patentes nos Estados Unidos, União Europeia e Japão. Há dezenas de outros casos semelhantes. (HOMMA, 2008, p. 79).

Empresas brasileiras também se interessam pelos recursos biológicos amazônicos. A Natura S.A., fundada em 1969 e atuante nas áreas de higiene pessoal, cosméticos e perfumaria, é um caso paradigmático. Possuindo complexos industriais no Estado de São Paulo, a empresa (ou grupo de empresas), que comercializa seus produtos em diferentes países (dentro e fora da América Latina), utiliza amplamente componentes ativos obtidos junto a espécies amazônicas (LOUZADA; SANTOS, 2006). Esse processo envolve instalações da empresa na própria Amazônia, como a fábrica de sabonetes instalada na cidade paraense de Benevides desde 2007, a 25 km de Belém, que mobiliza numerosos integrantes das comunidades próximas na coleta de frutos como matéria prima. Relações desse tipo, com moradores locais fornecendo ativos, caracterizam suas atividades também em outros estados amazônicos (FIORESE, 2008), devendo-se destacar a linha Natura Ekos, produtora de cosméticos, que em dezembro de 2011 implicava, somente ela, mais de vinte comunidades rurais em diversos estados, a maioria na Amazônia, atingindo cerca de 2.700 famílias (cf. <http://www.naturaekos.com.br/rede-ekos/conheca-nossas-comunidades-fornecedoras/>).

Já os determinantes do atual envolvimento da Amazônia na economia-mundo capitalista que se vinculam à trajetória de ocupação e de transformações econômicas nas últimas décadas, têm a ver, em grande medida, com a dinâmica agroindustrial que enlaça a região desde as bordas. Considera-se tratar-se de determinante assim caracterizado porque as iniciativas estatais na Amazônia, de cunho fortemente geopolítico e traduzidas sobretudo na implantação de infraestruturas de transportes e comunicações – a já assinalada rede rodoviária, por exemplo –, tiveram importante papel na observada trajetória de penetração e ocupação.

O carro chefe desse movimento têm sido as atividades vinculadas ao cultivo e processamento da soja, incidentes em primeiro lugar no Mato Grosso, mas igualmente fortes no Maranhão, assim como em Tocantins e, menos significativamente, em Roraima e Rondônia, onde cresceram mais rapidamente do que em outras regiões brasileiras (CASTRO et al.,

2002). A ocupação nesses termos e as transformações sociais e econômicas associadas também são, todavia, reflexos dos movimentos do capitalismo em escala ampla. De fato, essa expansão agroindustrial guarda relação, de uma forma ou de outra, com mudanças no sistema agroalimentar observadas em termos mundiais que provocaram a valorização de produtos como a soja (WILKINSON, 1999). De fato, a soja amazônica, na forma de grãos, farelo ou óleo, penetra amplamente em mercados internacionais, destacando-se de longe a China, seguida por países da União Europeia.

Conjugado principalmente à pecuária, mas também ao algodão, o avanço da soja representa aprofundamento da penetração e da ocupação com frentes de expansão econômica e demográfica que diferem do que se observou até o passado recente: “[...] o que há de novo na expansão das frentes é que são comandadas por madeireiras, pecuaristas e sojeiros já instalados na região, que a promovem com recursos próprios. Não se trata mais, pois, de uma expansão subsidiada pelo governo Federal, como foi a da fronteira nos anos de 1970.” (BECKER, 2005, p. 81). Uma reflexão suscitada por tal quadro pode ser expressa nestes termos: a penetração e a ocupação parecem ter adquirido “vida própria”, respondendo aos impulsos econômicos advindos da órbita mundial e perdendo, talvez, aderência com os imperativos geopolíticos que desde sempre permearam as intervenções do Estado brasileiro nessa região. O que isso pode significar, considerando-se os interesses da sociedade nacional, é assunto para debate. De todo modo, é expressão desse longo e intenso processo o forte crescimento da urbanização, que exibe mais velocidade nas últimas décadas e autoriza Becker (2006) a afirmar que “[...] a Amazônica é hoje uma floresta urbanizada.” (p. 31). Nessa dinâmica, surgiram novas cidades e cresceram as já existentes (principalmente de pequeno e médio portes), envolvendo fluxos migratórios de numerosas famílias que sofrem, ao se instalar, carências profundas em serviços e infraestruturas em geral (BECKER, 2003).

Também claras são as consequências ambientais da penetração e ocupação. Queimadas e desmatamentos são chagas há muito presentes no cotidiano amazônico, castigando fortemente áreas do Mato Grosso e do Pará, por exemplo. Os vínculos com a dinâmica econômica mundial não passam despercebidos. Em meados dos anos 2000, a revista *The Economist* celebrava a redução da área florestal destruída entre um ano e

outro, mas advertia que “[i]sso ocorreu parcialmente por causa de uma queda nos preços da soja e da carne de gado, os principais motores da destruição; quando os preços voltarem atrás, o mesmo pode ocorrer com o desmatamento.” (HOW..., 2006).

Não por acaso, portanto, combater o desmatamento ilegal é uma das diretrizes do Plano Amazônia Sustentável (PAS), elaborado pelos ministérios da Integração Nacional e do Meio Ambiente em meados dos anos 2000. Conforme Mota e Gazoni (2012), o objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da região com a execução de medidas contempladas no Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), carro chefe das ações do governo federal desde meados da década de 2000. O futuro permitirá conhecer o grau de compatibilidade entre os objetivos do PAS e do PAC, supondo-se que sejam alcançados. De todo modo, não deixa de ser auspiciosa a inclusão da problemática relativa ao desenvolvimento sustentável da Amazônia na agenda de formulação e execução de políticas públicas no Brasil.

Um problema a mais merece ser referido, e sua atualidade é gritante. Empresas estrangeiras têm procurado firmar contratos diretamente com aldeias indígenas, no marco das negociações sobre créditos de carbono (o “mercado do ar” mencionado por Becker, 2006, como elemento da contemporânea “mercantilização da natureza”). De fato, “Não é fantasia o fato de que está em curso na Amazônia a transformação de bens da natureza em mercadorias. É o caso da Peugeot, que faz investimentos no sentido de sequestro do carbono no Mato Grosso; na ilha do Bananal, a empresa inglesa S. Barry; a Mil Madeireira, que tem projeto neste sentido no estado do Amazonas [...]” (BECKER, 2005, p. 77).

No centro da questão figuram projetos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD). Nos termos negociados, as empresas se beneficiariam com a exclusividade do acesso irrestrito aos locais e aos recursos da biodiversidade, e os indígenas sofreriam cerceamento quanto ao uso da terra para plantio e extração florestal durante longos períodos. Ora, “[h]á restrições a colocar [...] [inclusive] porque a terra e a floresta são bens públicos, e a venda de floresta significa venda de território [...]” (BECKER, 2005, p. 77). Contudo, ilegais e, portanto, nulos, tais contratos já superariam a quantidade de três dezenas em meados de 2012.

Denunciadas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), essas iniciativas representam ampliação das facilidades para a biopirataria, razão pela qual, entre outros fatores, vêm sendo monitoradas pela Advocacia Geral da União (CARVALHO, 2012). Assinale-se que os locais implicados estão presentes em praticamente todas as latitudes da Amazônia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como anunciado na introdução, este artigo objetivou evidenciar a progressiva incorporação da Amazônia pela economia-mundo capitalista, na trajetória cumprida por esse sistema histórico desde a sua aurora no século XVI. Os primeiros movimentos exibiram mais do que simultaneidade com a “internalização” de fragmentos do Novo Mundo, pois as riquezas aí extraídas – os metais preciosos em primeiríssimo lugar – revelaram-se essenciais ao fortalecimento e expansão da economia-mundo. Essa importância da periferia atlântica diz também respeito à Amazônia, algo evidenciado pelo próprio percurso da sua incorporação na dinâmica sistêmica. O ciclo da borracha representa uma excelente ilustração histórica disso.

No período atual, os contornos de uma revolução *tecnoprodutiva* centrada nas tecnologias de informação e comunicação magnificam o papel da Amazônia, devido à sua condição de maior reserva de recursos naturais do planeta. Representando inigualável biodiversidade, esse atributo faz da região um alvo prioritário para grandes interesses internacionais, conscientes de que o mundo amazônico guarda recursos imprescindíveis para as indústrias de ponta do presente e do futuro. O acesso a esse patrimônio apresenta-se, portanto, como um requisito essencial à participação consequente na concorrência intercapitalista, razão de tentativas recorrentes para enredá-lo nas tramas de cadeias mercantis comandadas desde o centro do sistema mundial.

Para as populações dos Estados que compartilham a Amazônia, assim como de países em outras regiões do mundo igualmente detentoras de recursos estratégicos, vislumbrar mecanismos para a utilização em seu proveito – dessas sociedades na sua integralidade – do arsenal de possibilidades que a natureza, a geografia e a história lhes proporcionaram, haverá de ser caminho para dias melhores. Possibilidades nessa direção

parecem, todavia, incontornavelmente ligadas ao avanço na cooperação entre os países amazônicos, com resultados na forma de propostas e ações concertadas.

Ao que parece, as condições para isso nunca foram tão propícias como agora. Não só a Amazônia ampliou consideravelmente a sua conectividade em termos nacionais e internacionais, segundo Becker (2006), como a sociedade regional se desenvolveu em termos de “[...] diversificação social, conscientização e aprendizado político, fruto da conectividade, da mobilidade populacional e da urbanização.” (p. 31). Figurando entre as mais importantes mudanças das últimas décadas, esse processo se traduz “[...] na organização da sociedade civil e no despertar da região para as conquistas da cidadania.” (p. 31).

Descobrir formas de utilizar o referido tipo de patrimônio em proveito próprio, ao invés do benefício majoritário do grande capital globalizado, contemplando geração de renda e trabalho no marco (sem concessões) da sustentabilidade, significa descortinar possibilidades para uma melhor inserção dos povos e espaços detentores de recursos estratégicos no sistema mundial, seja este impregnado da lógica capitalista, como o que resultou da progressão testemunhada desde o século XVI, ou modelado segundo condicionantes que autorizem falar de um outro “Novo Mundo”, de alcance planetário. “Denunciadas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), essas iniciativas representam ampliação das facilidades para a biopirataria, razão pela qual, entre outros fatores, vêm sendo monitoradas pela Advocacia Geral da União (CARVALHO, 2012). Assinale-se que os locais implicados estão presentes em praticamente todas as latitudes da Amazônia.”

REFERÊNCIAS

AMIN, S. *Le développement inégal: essai sur les formations sociales du capitalisme périphérique*. Paris: Les Editions de Minuit, 1973.

ARRIGHI, G.; AHMAD, I.; SHIH, M. As hegemônias ocidentais em perspectiva histórica mundial. In: ARRIGHI, G.; SILVER, B. J. (Org.). *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. UFRJ, 2001. p. 227-279.

BALÁN, J. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa. In: (Org.). *Centro e periferia no desenvolvimento brasileiro*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974. p. 109-184.

BECKER, B. K. A Amazônia na estrutura espacial do Brasil. In: _____. *Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 53-90.

BECKER, B. K. Carajás: gestão do território e territorialidade na Amazônia. *Espaço & Debates*, São Paulo, v. 7, n. 25, p. 77-89, 1988.

BECKER, B. K. Amazônia: mudanças estruturais e urbanização. In: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. (Org.). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: Ed. UNESP: ANPUR, 2003. p. 651-656.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 53, p. 71-86, 2005.

BECKER, B. K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BECKER, B. K. Por que a participação tardia da Amazônia na formação econômica do Brasil? In: ARAÚJO, T. P. de; VIANNA, S. T. W.; MACAMBIRA, J. (Org.). *50 anos de Formação Econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado*. Rio de Janeiro: IPEA, 2009. p. 201-228.

BOYER, R. *La théorie de La régulation: une analyse critique*. Paris: La Découverte, 1987.

BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996a. v. 2.

BRAUDEL, F. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996b. v. 3.

BRUSSI, A. J. E. Do pequi à soja: expansão da agricultura e incorporação do Brasil central. *Antropolítica*, Niterói, n. 8, p. 77-104, 1. sem. 2000.

BUARQUE, S. C.; LOPES, A. D.; ROSA, T. C. Integração fragmentada e crescimento na fronteira norte. In: AFFONSO, R. de B. A.; SILVA, P. L. B. (Org.). *Desigualdades regionais e desenvolvimento*. São Paulo: FUNDAP: Ed. da UNESP, 1995. p. 93-123.

BUNKER, S. G. Matter, space, energy, and political economy: the Amazon in the world-system. *Journal of World-Systems Research*, v. 9, n. 2, p. 219-258, Summer 2003.

CAMUS, A. La pierre qui pousse. In: _____. *L'exil et le royaume*. Paris: Gallimard, 1957. p. 143-187.

CANO, W. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil: 1930-1970*. São Paulo: Global; Campinas: Ed. da UNICAMP, 1985.

CARVALHO, E. Funai considera nulas vendas de terra indígena para estrangeiros. *Globo Natureza*, São Paulo, 14 mar. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2012/03/funai-considera-nulas-vendas-de-terra-indigena-para-estrangeiros.html>>. Acesso em: jul. 2012.

CASTRO, A. M. G. de et al. *Competitividade da cadeia produtiva da soja na Amazônia Legal*. Belém: SUDAM-UFPE: FADE-EMBRAPA, 2002.

- CHASE-DUNN, C. World-systems as dynamic networks. In: WORKSHOP “ANALYZING COMPLEX MACROSYSTEMS AS DYNAMIC NETWORKS”, 29-30 Apr., 2004, Santa Fe Institute, Santa Fe, New Mexico. Disponível em: <www.irows.ucr.edu/cd/papers/sfi04/sficompw-s.htm>. Acesso em: ago. 2012.
- COSTA, W. M. da. *O Estado e as políticas territoriais do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.
- DOZER, D. M. *América Latina: uma perspectiva histórica*. Porto Alegre: Ed. Globo; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1966.
- ENCYCLOPEDIA Britannica. Chicago: William Benton: Amazon, 1963. v. 1, p. 709-715.
- FIECHTER, G-A. *O regime modernizador do Brasil, 1964/1972*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1974.
- FIORESE, C. Com fábrica no Pará, Natura aposta na “indústria sustentável”. *Notícias da Amazônia*, 23 maio 2008. Disponível em: <<http://www.noticiasdaamazonia.com.br/2521>>. Acesso em: jun. 2012.
- FRANK, A. G. *L'accumulation mondiale, 1500-1800*. Paris: Calmann-Lévy, 1977.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 22. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1987.
- GOLDFRANK, W. L. Paradigm regained? The rules of Wallerstein's world-system method. *Journal of World-Systems Research*, v. 6, n. 2, p. 150-195, Summer/Fall 2000.
- GONÇALVES, L. P. Amazônia: reflexões sobre sua problemática. *Carta Mensal*, v. 49, n. 587, p. 68-89, fev. 2004.
- HALL, T. D. Incorporation in the world-system: toward a critique. *American Sociological Review*, Aliso Viejo, v. 51, p. 390-402, June 1986.
- HATHAWAY, D. A biopirataria no Brasil. In: ROTANIA, A. A.; WERNECK, J. (Org.). *Sob o signo das bios: vozes críticas da sociedade civil*. Rio de Janeiro: E-papers, 2004. v. 1, p. 39-48.
- HECKENBERGER, M. J. et al. Amazonia 1492: pristine forest or cultural parkland? *Science*, Washington, v. 301, n. 5640, p. 1710-1714, Sep. 2003.
- HECKENBERGER, M. J. et al. Pre-Columbian urbanism, anthropogenic landscapes, and the future of the Amazon. *Science*, Washington, v. 321, n. 5893, p. 1214-1217, 29 Aug. 2008.
- HOMMA, A. K. O. Biopirataria na Amazônia: como reduzir os riscos? *Amazônia: Ciência & Desenvolvimento*, Belém, v. 1, n. 1, p. 47-60, jul./dez. 2005.
- HOMMA, A. K. O. *Extrativismo, biodiversidade e biopirataria na Amazônia*. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008. (Texto para Discussão, 27).
- HOPKINS, T.; WALLERSTEIN, I. Commodity chains in the world-economy prior to 1800. *Review*, v. X, n. 1, p. 157-170, Summer 1986.
- HOPKINS, T.; WALLERSTEIN, I. Capitalism and the incorporation of new zones into the world-economy. *Review*, v. X, n. 5/6, suppl., p. 763-779, Summer/Fall 1987.
- HOW green was my valley. *The Economist*, 27 Apr. 2006. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/6859779>>. Acesso em: jun. 2012.

- KLARE, M. T. The new geography of conflict. *Foreign Affairs*, New York, v. 80, n. 3, p. 49-61, 2001.
- LOUZADA, R.; SANTOS, F. C. A. Estratégia competitiva na indústria de cosméticos: estudo de caso na Natura. In: SIMPEP, 13., nov. 2006, Bauru. *Anais...* Bauru: UNESP, 2006. Disponível em: <http://www.simpep.feb.unesp.br/anais/anais_13/artigos/566.pdf>. Acesso em: jun. 2012.
- MAGALHAES, P. de. *História da Província de Santa Cruz*. Lisboa: Oficina de Antonio Gonsalvez, 1576.
- MARÍN, A. B. Los objetivos del Plan Puebla Panamá. In: BÉJAR, A. A.; MARÍN, A. B.; BARTRA, A. *Economía política del Plan Puebla Panamá*. México, DF: Editorial Itaca, 2002. p. 31-79.
- MOTA, J. A.; GAZONI, J. L. *Plano Amazônia Sustentável: interações dinâmicas e sustentabilidade ambiental*. Rio de Janeiro: IPEA, 2012. (Texto para Discussão, 1731)
- MOTTA, R. La Zone Franche de Manaus et le mode paria de la production. *Cahiers du Brésil Contemporain*, Paris, n. 11, p. 27-48, 1990.
- NUNES, B. F. La Zone Franche de Manaus: l'échec regional d'une industrialization réussie? *Cahiers du Brésil Contemporain*, Paris, n. 11, p. 49-64, 1990.
- OLIVEIRA, J. A. de; MAGALHÃES, S. P. de. A circulação na Manaus da *belle époque*: modernização e exclusão. *Mercator*, Fortaleza, v. 2, n. 4, p. 45-56, 2003.
- PÉREZ, C. Technological change and opportunities for development as a moving target. *CEPAL Review*, Santiago de Chile, n. 75, p. 109-130, Dec. 2001.
- PÉREZ, C. A vision for Latin America: a resource-based strategy for technological dynamism and social inclusion. In: THE GLOBAL NETWORK FOR ECONOMICS OF LEARNING, INNOVATION, AND COMPETENCE BUILDING SYSTEM. Working Paper Series n. 08-04, July 2008.
- THE alchemists. *The Economist*, 21 Feb. 1998. (A survey of the pharmaceutical industry).
- WALLERSTEIN, I. *El moderno sistema mundial*. México, DF: Siglo Veintiuno, 1979. t. I.
- WALLERSTEIN, I. *El moderno sistema mundial*. México, DF: Siglo Veintiuno, 1984. t. II.
- WALLERSTEIN, I. Societal development, or development of the world-system?. In: _____. *Unthinking social science: the limits of Nineteenth-Century paradigms*. Cambridge: Polity Press, 1991. p. 64-79.
- WALLERSTEIN, I. *El moderno sistema mundial*. México, DF: Siglo Veintiuno, 1998. t. III.
- WALLERSTEIN, I. The rise and future demise of the world capitalist system: concepts for comparative analysis. In: _____. *The essential Wallerstein*. New York: The New York Press, 2000. p. 71-105.
- WILKINSON, J. (Org.) *Reestruturação do sistema agroalimentar: questões metodológicas e de pesquisa*. Rio de Janeiro: REDCAPA, 1999.
- ZIBECHI, R. *Brasil potencia: entre la integración regional y un nuevo imperialismo*. Bogotá: Ediciones Desde Abajo, 2012.